



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM**

**EXAME DE ORDEM
PROVA OBJETIVA
28/08/2004**

DIREITO ADMINISTRATIVO

01 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Poder vinculado é aquele atribuído ao agente público para a prática de ato de sua competência, delimitado pela lei em todos os seus condicionantes.
- b) Poder regulamentar é aquele de que dispõe o chefe do poder executivo para, no exercício da função pública, expedir regulamentos voltados à fiel execução das leis.
- c) Poder hierárquico é aquele outorgado ao agente público para a verificação de ilícitos no âmbito interno da administração e, em sendo o caso, imposição das respectivas sanções.
- d) Poder discricionário é aquele conferido por lei ao administrador público para que, nos limites nela previstos e com certa parcela de liberdade, adote, no caso concreto, a solução mais adequada ao atingimento do interesse público.

02 - Assinale a alternativa correta.

- a) A legalidade, como princípio da administração pública, está a determinar a todos aqueles que exercem função administrativa que subordinem sua atuação às proibições legais.
- b) Em face do princípio da publicidade, e sem exceções, todos os atos administrativos devem ser publicados ou, pelo menos, mostrarem-se passíveis de consulta, como forma de facilitar o seu controle a qualquer um.
- c) Excepcionalmente, o princípio da eficiência pode ser afastado do regular exercício da função pública, notadamente quando não houver recursos orçamentários disponíveis para atender o interesse público.
- d) É vedado a qualquer agente público, para idôneo atendimento do princípio da impessoalidade, tratar com favoritismos ou perseguições quem quer que seja, no exercício de função pública.

03 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Presunção de legitimidade é a qualidade que reveste os atos administrativos de se presumirem verdadeiros e conforme ao direito até prova em contrário.
- b) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de qualquer anuência.
- c) Exigibilidade é a qualidade pela qual o poder público pode compelir materialmente o administrado ao cumprimento da obrigação que impôs e exigiu, sem qualquer intervenção judicial.
- d) Há atos administrativos que, embora dotados de exigibilidade, não se mostram auto-executórios.

04 - Assinale a alternativa correta.

- a) O capital das empresas públicas pode, excepcionalmente, ser constituído por recursos provindos de pessoas de direito privado, mas em ínfimo quinhão.
- b) Os feitos em que empresas públicas sejam parte, na condição de autoras ou rés, sempre tramitam perante a justiça comum, como no caso do Banco do Brasil.
- c) Empresas públicas só podem desempenhar serviço público ao passo que sociedades de economia mista também podem desempenhá-los, além de explorar atividade econômica.
- d) Mesmo as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica estão sujeitas aos princípios informadores das licitações públicas.

05 - Assinale a alternativa correta.

- a) Todo ato administrativo vinculado e praticado por agente incompetente deve ser revogado.
- b) Exatamente porque presente certa parcela de liberdade ao agente para sua prática, o ato administrativo discricionário não pode ser anulado, mas, apenas, revogado.
- c) Revogar significa substituir, mediante um juízo de oportunidade e conveniência, um ato administrativo discricionário por outro.
- d) Um ato administrativo perfeito e eficaz pode tanto ser anulado como revogado, conforme o caso.

DIREITO CIVIL

06 - Assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição extingue a ação e, por isso, é tema de Direito Processual
- b) A prescrição é sempre matéria de exceção, não podendo o juiz decretá-la de ofício no Direito Civil
- c) Em se tratando de direito patrimonial, as partes têm liberdade para fixar outros prazos de prescrição, desde que menores que

- o prazo legal
d) É imprescritível a pretensão do condômino de exigir, a qualquer tempo, a divisão da coisa comum

07 - Assinale a alternativa correta.

- a) A liberdade de forma é princípio contratual básico que não admite exceções, vez que assegurada pela autonomia da vontade.
b) A boa-fé objetiva é princípio contratual com diversas diferentes funções, não se limitando à regra de interpretação do negócio jurídico.
c) Pelo princípio da liberdade contratual autoriza-se a celebração de qualquer tipo de contrato, desde que sua escolha recaia sobre um dos tipos contratuais previstos no Código Civil.
d) O princípio da "pacta sunt servanda" não admite exceções, uma vez que qualquer revisão do contrato atentaria contra o princípio da boa-fé, atualmente consagrado no art. 422 da lei 10.406/2002.

08 - Assinale a alternativa correta.

- a) A conversão do negócio jurídico inválido só é possível quando se estiver diante de causa de anulabilidade, sendo inadmissível tratando-se de nulidade.
b) À luz do Código Civil de 2002 apenas a simulação absoluta é causa de nulidade, sendo que a simulação relativa continua sendo reputada causa de anulabilidade dos negócios jurídicos.
c) A conversão substancial do negócio jurídico não se confunde com a confirmação de um negócio jurídico nulo, uma vez que, entre outros fatores, esta última é vedada pelo Código Civil.
d) Pode-se admitir a conversão substancial do codicilo nulo em testamento particular quando a nulidade daquele primeiro negócio jurídico se deve à ausência de assinatura do "de cujus".

09 - Assinale a alternativa correta.

- a) A proposta é sempre obrigatória, na medida em que constitui a externalização da vontade de contratar.
b) A oferta ao público equivale sempre à proposta, sendo obrigatória ao proponente independentemente de qualquer requisito ou forma.
c) Existe hipótese em que mesmo não havendo aceitação expressa, considera-se formado o contrato, desde que a recusa não chegue a tempo.
d) É possível a celebração de contrato por telefone. Como tal contrato é celebrado entre ausentes, sua formação obedece às mesmas regras do contrato epistolar.

10 - Com base na disciplina jurídica dos negócios jurídicos, analise as afirmações abaixo, assinalando, a seguir, a alternativa correta.

- I. O espaço que a lei destina à autonomia privada nos negócios jurídicos é, como regra, bastante reduzido, ao contrário do que ocorre com os atos jurídicos em sentido estrito, espaço privilegiado do exercício da autonomia da vontade.
II. Um negócio jurídico válido pode se apresentar, no caso concreto, como ineficaz, ao passo que, em algumas hipóteses, a lei atribui eficácia a negócio jurídico nulo.
III. Embora a lesão seja causa de invalidade do negócio jurídico, admite-se hipóteses em que, mediante redução do proveito do lesionador ou oferecimento, por este, do suplemento devido, não será anulado o negócio jurídico em que a lesão restou caracterizada.
IV. A fraude contra credores estará caracterizada quando o devedor insolvente realizar ato de transmissão gratuita de bens. A exceção a essa regra reside no princípio da boa-fé, de modo que, se o devedor provar que ignorava seu estado de insolvência quando da prática da liberalidade será esta válida e eficaz.
- a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
d) Todas as assertivas estão corretas.

11 - Assinale a alternativa correta., tomando em consideração as afirmativas a seguir:

- I. A propriedade rural produtiva não pode ser desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária, uma vez que a produtividade, por si só, atesta o cumprimento da função social da propriedade.
II. O Código Civil determina expressamente que nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos para assegurar a função social dos contratos.
III. O princípio da boa-fé objetiva é o estado de ignorância de alguém a respeito do vício que está a macular a situação jurídica na qual essa pessoa se insere.
IV. O Código Civil adota a boa-fé, expressamente, como critério hermenêutico no tocante aos negócios jurídicos.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
c) Está correta apenas a assertiva III.
d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

12 - Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. O Código Civil de 2002 inovou ao impor expressamente o prazo de dois anos para a caracterização da união estável.
II. O cônjuge culpado pela dissolução da sociedade conjugal, em situações especiais descritas no Código Civil, pode instar o cônjuge inocente ao pagamento de alimentos. Nesse caso, porém, os alimentos serão apenas os indispensáveis à sobrevivência.
III. Antônio é casado com Bruna pelo regime de comunhão universal de bens. O patrimônio total do casal é integrado por um único bem: o imóvel em que residem (com os bens que o guarnecem, estes últimos de valor irrisório). Ao menos nos termos literais do Código Civil de 2002, a instituição voluntária desse imóvel como bem de família, mediante registro no Registro de Imóveis, não será possível enquanto o patrimônio líquido do casal não atingir, ao menos, o triplo do valor do imóvel residencial em tela.
- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.

13 - Assinale a alternativa correta, tomando em consideração as afirmativas a seguir:

- I. Na sucessão dos conviventes (união estável), o companheiro sobrevivente que concorrer na herança do de cujus com os descendentes deste último jamais terá direito à meação, uma vez que o direito sucessório do companheiro já incide sobre os bens adquiridos a qualquer título na vigência da união estável. Admitir-se coexistência de meação e de direito sucessório constituiria verdadeiro bis in idem.
 - II. Antônia é casada com Bernardo pelo regime de comunhão universal de bens. O casal têm cinco filhos. Antônia morre em dezembro de 2004. Bernardo, nesse caso, terá direito à meação sobre os bens que integram a comunhão. Além disso, conforme a inovação trazida pelo Código Civil de 2002, terá direito a mais um quarto da herança, uma vez que concorre com herdeiros do falecido que são, também, seus descendentes.
 - III. Cláudio realizou um testamento particular que versava apenas sobre esmolas de pouca monta destinadas a certas e determinadas pessoas, disposições sobre o seu enterro e legado de roupas de pequeno valor e de seu uso pessoal. O testamento, entretanto, foi reputado nulo por defeito de forma, uma vez que foi firmado por apenas duas testemunhas. O ordenamento jurídico admite a conversão substancial desse negócio jurídico em codicilo.
- a) Está correta apenas a assertiva III.
 - b) Está correta apenas a assertiva I.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

PROCESSO CIVIL

14 - Assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser invocado, para se demonstrar dissídio jurisprudencial autorizador do recurso especial, outro acórdão do mesmo tribunal que proferiu a decisão recorrida.
- b) O recurso extraordinário nunca poderá ser interposto contra decisão de juiz de primeiro grau.
- c) Cabendo contra uma mesma decisão recurso especial e recurso extraordinário, deverá ser interposto apenas o primeiro. Só depois de julgado o recurso especial terá início o prazo para o ajuizamento do recurso extraordinário.
- d) Não sendo unânime o acórdão que dá provimento à apelação, devem ser interpostos embargos infringentes antes dos recursos especial e extraordinário.

15 - Faz coisa julgada material:

- a) O reconhecimento, pelo juiz, de que o autor era filho do de cujus, na ação em que se pleiteia participação na herança;
- b) O reconhecimento, pelo juiz, de que o autor estava em excesso de velocidade, na ação em que se pede indenização por acidente de trânsito;
- c) O reconhecimento, pelo juiz, de que não há litispendência, desde que tenha sido proposta ação declaratória incidental para tal fim;
- d) A declaração de validade da relação contratual, no processo em que se cobra apenas uma das parcelas do preço estabelecido no contrato - desde que tenha sido proposta ação declaratória incidental relativamente a tal validade.

16 - Assinale a alternativa correta.

- a) A falta de fundamentação da sentença caracteriza nulidade, que ficará, porém, sanada pela preclusão, se não forem interpostos embargos declaratórios para suprir a omissão.
- b) A hipoteca judiciária pode ser requerida pelo oponente, em seu favor, com base na sentença que julgou procedente a oposição que tinha por objeto o recebimento de bem móvel detido por uma das partes da ação principal.
- c) A não apreciação, pela sentença, de um dos pedidos cumulados impede a repropositura de ação com esse mesmo pedido não apreciado (entre as mesmas partes e com a mesma causa de pedir), enquanto não for rescindida a anterior sentença "citra petita".
- d) A sentença de separação judicial é constitutiva, quando a separação é litigiosa, e meramente declaratória, quando a separação é consensual.

17 - Assinale a alternativa correta.

- a) Não cabe a antecipação de tutela nas ações que versam sobre direitos indisponíveis.
- b) Não cabe antecipação de tutela contra a Fazenda Pública.
- c) Tendo havido prévio pleito do autor, e presentes os específicos requisitos, o juiz pode antecipar a tutela ao proferir sentença de procedência do pedido.
- d) Não cabe antecipação de tutela quando o processo já está em segundo grau de jurisdição.

18 - Assinale a alternativa correta.

- a) Na execução por quantia certa, o réu tem prazo de dez dias para embargar, a partir da citação.
- b) Na execução por quantia certa, o devedor tem prazo de 24 horas para pagar ou nomear bens à penhora a partir da juntada do mandado de citação aos autos.
- c) Havendo vários executados, com diferentes procuradores, conta-se em dobro o prazo para pagar ou nomear bens à penhora.
- d) O prazo para embargar a execução por quantia certa conta-se da juntada aos autos da prova de intimação da penhora.

19 - Assinale a alternativa correta.

- a) Cabe a ação monitória para a entrega de bens imóveis.
- b) A ação de manutenção de posse não pode ser utilizada contra a União Federal, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- c) O juiz pode fixar multa para o caso de descumprimento de liminar que mandou o réu prestar determinado serviço a que se obrigou contratualmente.
- d) O juiz pode discricionariamente revogar medida cautelar anteriormente concedida.

20 - Considerando as seguintes assertivas:

- I. Se o juiz indefere requerimento probatório e não é interposto recurso, é possível que depois reconsidere sua decisão e determine a produção da prova.
- II. Iniciada a audiência de instrução e julgamento, sua suspensão devolve às partes o prazo para arrolar testemunhas.

- III. A revelia não produz seu principal efeito quando a contestação apresentada por litisconsorte aproveitar ao réu revel.
IV. Sendo concedida liminar contra a União Federal, em ação em que ela é ré, o servidor público federal que, detendo competência para tanto, não der cumprimento à liminar, não pode sofrer multa processual punitiva porque não é parte no processo.

É correto dizer que:

- a) Todas são verdadeiras;
- b) Somente as assertivas I e IV são verdadeiras.
- c) Somente as assertivas III e IV são verdadeiras;
- d) Somente as assertivas I e III são verdadeiras.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - Assinale a alternativa correta.

- a) O artigo 5º, § 2º da Constituição Brasileira garante, de forma clara e taxativa, a primazia dos tratados decorrentes de direitos humanos, sobre o ordenamento constitucional.
- b) Na hipótese de conflito entre tratado, decorrente de direitos humanos e a Constituição Federal, prevalecerá esta.
- c) Os tratados decorrentes de direitos humanos têm aplicabilidade direta no ordenamento jurídico nacional, isto é, não precisam ser recepcionados, segundo previsão expressa do § 1º do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) Os tratados decorrentes de direitos humanos, não têm aplicabilidade direta em nosso ordenamento jurídico constitucional, entretanto, têm primazia sobre as leis (ordinárias ou complementares), que versem sobre a mesma matéria.

22 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na hipótese de um tratado violar uma lei federal, a competência será do Supremo Tribunal Federal declarar a sua inconstitucionalidade
- b) Na hipótese de um tratado violar uma lei municipal, a competência será do Supremo Tribunal Federal declarar a sua inconstitucionalidade
- c) Na hipótese de um tratado violar uma lei estadual, a competência será do Supremo Tribunal Federal declarar a sua inconstitucionalidade.
- d) Na hipótese de um tratado violar uma lei estadual, ou municipal, a competência será do Tribunal de Justiça. Através do órgão especial, declarar a sua inconstitucionalidade

23 - Assinale a alternativa correta.

- a) Os servidores públicos Brasileiros não podem, em qualquer hipótese, associar-se a sindicatos
- b) É vedado aos servidores públicos o acúmulo de cargos ou empregos públicos.
- c) Os servidores públicos são pessoalmente responsáveis pelos atos que, nessa qualidade praticarem, independente de culpa.
- d) A investidura a cargo público em comissão não depende de concurso público.

24 - Assinale a alternativa correta.

- a) Competência privativa e competência exclusiva distinguem-se apenas pelos entes da federação aos quais se destinam.
- b) Competência exclusiva e competência privativa distinguem-se pela possibilidade de delegação inerente à segunda.
- c) Competência concorrente e competência comum são ambas inerentes à competência material.
- d) Competência suplementar é aquela atribuída à União no caso de os Estados-membros e Municípios não legislarem sobre matérias locais.

25 - Assinale a alternativa correta.

- a) O Presidente da República pode vetar proposta de emenda à Constituição (PEC) invocando razão de inconstitucionalidade.
- b) O Presidente da República pode vetar proposta de emenda à Constituição (PEC) invocando falta de interesse público.
- c) Veto parlamentar pode ocorrer, no caso das leis delegadas, somente nas hipóteses em que a resolução delegante prevê a apreciação do projeto pelo congresso nacional.
- d) Veto parlamentar aquele exercido pelo poder legislativo para impor ao Presidente da República o afastamento de um ministro de estado.

26 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As comissões parlamentares de inquérito - CPIS - não podem julgar ou condenar ninguém.
- b) A proporcionalidade partidária na composição de uma CPI não é necessariamente matemática.
- c) Comissão parlamentar de inquérito somente pode decretar prisão de testemunhas em situação que tipifique flagrante delito.
- d) As CPIS, embora possam ser abertas pelo requerimento de 1/3 da casa parlamentar, podem ser trancadas pela deliberação da maioria em plenário em vista do princípio majoritário que orienta o poder legislativo.

27 - Assinale a alternativa correta.

- a) O chefe do poder executivo não pode delegar o exercício da atividade regulamentar que lhe foi deferida constitucionalmente.
- b) Os regulamentos podem inovar, de forma originária, o ordenamento jurídico.
- c) A lei não pode tratar de matéria estritamente técnica eis que este campo está reservado ao plano dos regulamentos.
- d) Os regulamentos, no Brasil, equiparam-se formalmente aos atos legislativos.

28 - Assinale a alternativa correta.

- a) Uma importante diferença entre a Constituição e as leis é que estas últimas podem ser alteradas, enquanto aquela não admite alteração, por ser obra do poder constituinte originário.
- b) A Constituição é considerada obra do poder constituinte originário enquanto as leis são obra do poder constituinte reformador.
- c) No direito brasileiro, o processo legislativo de reforma da Constituição é diferente do processo legislativo de reforma das leis.
- d) As constituições dos Estados-membros da Federação Brasileira são obra do poder constituinte derivado e não do poder constituinte originário.

29 - Assinale a alternativa correta.

- a) No Direito Brasileiro, há normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais, razão pela qual

- somente as primeiras são consideradas vigentes.
- b) No Direito Brasileiro, a distinção entre normas formalmente constitucionais e normas materialmente constitucionais nunca existiu.
 - c) No Direito Brasileiro, a distinção entre normas formalmente constitucionais e normas materialmente constitucionais existiu somente na Constituição de 1824.
 - d) No Direito Brasileiro, a diferenciação entre normas materialmente constitucionais e formalmente constitucionais surgiu com a promulgação da CF/88.

30 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos termos da classificação formulada por José Afonso da Silva, norma constitucional de eficácia plena é aquela que produz desde logo todos os seus efeitos jurídicos e não comporta a possibilidade de restrição em nível legal.
- b) Nos termos da classificação formulada por José Afonso da Silva, norma constitucional de eficácia plena é aquela que não pode ser alterada nem por via de emenda à Constituição.
- c) Nos termos da classificação formulada por José Afonso da Silva, norma constitucional de eficácia contida é aquela que produz desde logo todos os seus efeitos jurídicos, mas admite algum condicionamento no âmbito legal.
- d) Nos termos da classificação formulada por José Afonso da Silva, norma constitucional de eficácia limitada é aquela que não produz desde logo todos os seus efeitos e precisa ser completada pelo legislador ordinário.

ÉTICA NA ADVOCACIA

31 - Assinale a alternativa correta.

- a) O advogado foi suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses por decisão do Tribunal de Ética e Disciplina e aguarda julgamento de seu recurso pelo Conselho Seccional, nesta situação, o referido profissional está impedido de exercer a advocacia forense até o julgamento do recurso.
- b) O advogado foi suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses por decisão do Tribunal de Ética e Disciplina e aguarda julgamento de seu recurso pelo Conselho Seccional, nesta situação, os atos praticados pelo advogado são nulos, dependendo a nulidade da decretação judicial, quando alegada, e por decisão do juiz presidente dos autos que o advogado atuou.
- c) O advogado foi suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses por decisão do Tribunal de Ética e Disciplina e aguarda julgamento de seu recurso pelo Conselho Seccional, nesta situação, a suspensão disciplinar prejudica, inclusive, os atos de assessoria ou consultoria, prestados a empresa com a qual mantenha relação de emprego, com carteira assinada.
- d) O advogado foi suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses por decisão do Tribunal de Ética e Disciplina e aguarda julgamento de seu recurso pelo Conselho Seccional, nesta situação, o advogado fica obrigado a substabelecer os poderes "ad iudicia" que tenha recebido, até o cumprimento da pena disciplinar.

32 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Profissional com vínculo de emprego, com carteira profissional assinada, contratado como advogado, recebe determinação formal da diretoria para peticionar em juízo, requerendo decisão jurídica que, se a demanda for julgada procedente acarretará prejuízos para si e seus colegas. Dado este impasse solução adequada é o advogado recusar-se a propor a demanda.
- b) Profissional com vínculo de emprego, com carteira profissional assinada, contratado como advogado, recebe determinação formal da diretoria para peticionar em juízo, requerendo decisão jurídica que, se a demanda for julgada procedente acarretará prejuízos para si e seus colegas. Dado esse impasse, o advogado deve ponderar à diretoria a inconveniência da propositura de tal demanda, face a sua independência intelectual e porque o advogado "é o primeiro juiz da causa".
- c) Profissional com vínculo de emprego, com carteira profissional assinada, contratado como advogado, recebe determinação formal da diretoria para peticionar em juízo, requerendo decisão jurídica que, se a demanda for julgada procedente acarretará prejuízos para si e seus colegas. Dado esse impasse o advogado deve sugerir à diretoria a contratação de advogado externo para a propositura da demanda, afastando-se assim da causa, em razão de conflito de interesses.
- d) Profissional com vínculo de emprego, com carteira profissional assinada, contratado como advogado, recebe determinação formal da diretoria para peticionar em juízo, requerendo decisão jurídica que, se a demanda for julgada procedente acarretará prejuízos para si e seus colegas. Dado esse impasse o advogado deve cumprir a ordem do empregador, promovendo a demanda, mesmo que a tese lhe seja prejudicial, em razão do vínculo de emprego, que o obriga a seguir as ordens do patrão.

33 - Assinale a alternativa correta.

- a) O processo disciplinar no âmbito da OAB não é sigiloso
- b) É sigiloso até o seu término
- c) Não é sigiloso, mas o relator poderá impor o sigilo, de ofício ou mediante requerimento do interessado
- d) É sigiloso apenas quando a sanção for de exclusão.

34 - Assinale a alternativa correta.

- a) Não se tratando de falta cometida perante o Conselho Federal, o Conselho Seccional competente para punir disciplinarmente o inscrito é aquele em cuja base territorial ocorreu a infração
- b) É exclusivamente aquele em que o advogado encontra-se inscrito
- c) É aquele onde foi protocolado o pedido de representação, independentemente do local da infração
- d) Nenhuma das alternativas

35 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Apesar de ser uma profissão necessariamente remunerada, a atividade do advogado é considerada como de interesse público.
- b) O advogado deve obedecer, em qualquer circunstância e qualquer seja a causa que patrocina ou defenda, aos princípios da honestidade e da lealdade.
- c) O advogado deve empregar todos os meios profissionais, até ilícitos, para vencer a questão do cliente e receber seus honorários;

d) O advogado não pode oferecer seus serviços, de forma a captar clientela.

36 - Assinale a alternativa correta.

- a) O advogado pode fazer propaganda de sua maior competência profissional, anunciando-se também ser economista.
- b) O advogado pode manter atividade de corretor de imóveis, estabelecida no mesmo escritório, informando eventuais clientes que é especializado em direito imobiliário.
- c) Só o advogado, que também seja contador inscrito no CRC - conselho regional de contabilidade, pode visar contratos constitutivos de sociedades comerciais.
- d) Só o advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, independentemente do tempo de formado, ou do tempo de sua inscrição, é que deve visar contratos constitutivos de sociedades comerciais.

37 - Assinale a alternativa correta.

- a) A inadimplência de anuidades, após regular intimação para pagamento, configura infração disciplinar, mesmo se o inscrito na OAB jamais tiver exercido a advocacia.
- b) A pena de exclusão do advogado dos quadros da OAB somente poderá ser decidida pela unanimidade dos membros do Conselho Seccional competente.
- c) Somente considera-se conduta incompatível com a advocacia aquela praticada pelo advogado no exercício da profissão.
- d) O abandono da causa após dez dias da comunicação da renúncia ao cliente configura-se como infração disciplinar passível de censura.

38 - O advogado Mévio foi procurado em seu escritório por Tício, para que assumisse a defesa do mesmo em processo em trâmite em uma das varas cíveis da comarca de Curitiba (PR). Tício alertou Mévio que já tinha advogado constituído, inclusive com procuração já juntada aos autos. O advogado tranqüilizou o cliente, aceitou a causa e recebeu o instrumento de mandato sem prévio conhecimento do advogado, posteriormente juntando aos autos tal mandato, sendo que não existia nenhuma medida urgente ou inadiável a ser praticada. Sobre o caso responder a alternativa correta.

- a) O advogado agiu dentro dos padrões éticos, pois pelo CPC, o mandato posterior revoga o anterior, sendo silente a legislação sobre o aspecto ético.
- b) O advogado não praticou nenhuma espécie de infração, pois o art. 34 do Estatuto da Advocacia não prevê tal conduta como vedada.
- c) O advogado praticou infração ética, não lhe cabendo, pela descrição do caso concreto, a excludente de ter agido para adoção de medidas urgentes ou inadiáveis.
- d) O advogado praticou infração ética, pelo fato de aceitar a procuração de quem já tinha patrono constituído, e praticaria a mesma infração independentemente da necessidade de se tomar medidas urgentes ou inadiáveis.

39 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O advogado deve abster-se de divulgar ou deixar que seja divulgada a lista de clientes e demandas.
- b) O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, podendo a divulgação ser em conjunto com outra atividade.
- c) Os honorários da sucumbência não excluem os contratados, porém devem ser levados em conta no acerto final com o cliente ou constituinte, tendo sempre presente o que foi ajustado na aceitação da causa.
- d) A participação do advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias, só é tolerada em caráter excepcional, e desde que contratada por escrito.

40 - Considerando as seguintes assertivas, responda:

- I. O Estatuto da Advocacia é editado pelo Conselho Federal da OAB.
- II. O Regulamento Geral da Advocacia foi editado pelo Conselho Federal da OAB por determinação expressa do Estatuto.
- III. Não existe determinação legal que obrigue os advogados a cumprir o Código de Ética.
- IV. O Conselho Federal da OAB tem competência para editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos que julgar necessários.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Está correta apenas a assertiva III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

DIREITO PENAL

41 - Assinale a alternativa correta.

- a) São métodos de interpretação da lei penal, entre outros, o gramatical e o teleológico.
- b) O Direito Penal, assim como o direito administrativo, apresentam-se como a ultima ratio do ordenamento jurídico.
- c) A lei penal pode retroagir, independente se beneficiará ou prejudicará o acusado.
- d) O princípio da legalidade exerce função secundária junto ao Direito Penal.

42 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São princípios fundamentais do Direito Penal: dignidade da pessoa humana, da culpabilidade e da humanidade.
- b) O princípio da insignificância atua no campo da culpabilidade.
- c) Lei penal em branco é aquela que necessita ser completada por outro dispositivo normativo.
- d) O princípio da culpabilidade exerce importante papel sobre o quantum de pena a ser fixado na sentença.

43 - Assinale a alternativa correta.

- a) No aspecto formal o delito é definido em relação ao conteúdo do ilícito penal.
- b) No aspecto material o delito é definido em relação ao direito positivo de determinado ordenamento jurídico.
- c) O conceito analítico decompõe o delito em suas partes constitutivas.

d) O tipo de homicídio é exemplo de crime formal em relação ao resultado.

44 - Assinale a alternativa correta.

- a) Pode-se afirmar que o tipo de injusto de ação doloso divide-se em tipo objetivo e tipo misto.
- b) Pode-se afirmar que o tipo de injusto de ação doloso divide-se em tipo subjetivo e tipo misto.
- c) Pode-se afirmar que o tipo de injusto de ação doloso divide-se em tipo alternativo e tipo misto.
- d) Pode-se afirmar que o tipo de injusto de ação doloso divide-se em tipo objetivo e tipo subjetivo.

45 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os delitos de incitação ao crime, apologia de crime e quadrilha são comuns em relação ao sujeito ativo.
- b) O delito de apologia a crime ou criminoso refere-se a fato delituoso pretérito e certo.
- c) Uma vez associados três plenamente imputáveis e um inimputável pode-se falar em delito de quadrilha ou bando.
- d) O tipo subjetivo do delito de quadrilha é composto somente pelo dolo genérico, não se podendo falar em elemento subjetivo específico do tipo, qual seja o de "cometer delitos".

46 - Analise as assertivas I, II, III e IV abaixo e depois assinale dentre as alternativas (a, b, c, ou d) a única que contém a opção correta:

- I. No aspecto formal o delito é definido em relação ao conteúdo do ilícito penal.
- II. No aspecto material o delito é definido em relação ao direito positivo de determinado ordenamento jurídico.
- III. O conceito analítico decompõe o delito em suas partes constitutivas.
- IV. O tipo de homicídio é exemplo de crime formal em relação ao resultado.

- a) Estão corretas somente as assertivas I e II.
- b) Estão corretas somente as assertivas III e IV.
- c) Está correta somente a assertiva III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

47 - Assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se por "sursis" a liberação do condenado após o cumprimento de parte da sanção penal aplicada, se observados os pressupostos que regem a sua concessão e sob condições previamente estipuladas.
- b) Perempção consiste na perda do direito de ação pelo decurso do tempo, enquanto decadência consiste na perda do direito de ação pela inércia do querelante.
- c) O perdão do ofendido opera na fase pré-processual, enquanto a renúncia limita-se à fase processual. Demais disso, o perdão é unilateral e a renúncia é bilateral.
- d) A lei penal estruturalmente incompleta, também conhecida como lei penal imperfeita, é aquela em que se encontra prevista tão-somente a hipótese fática (preceito incriminador), sendo que a consequência jurídica localiza-se em outro dispositivo da própria lei ou em diferente texto legal.

48 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A ação penal nos crimes contra a ordem tributária (lei 8.137/90) é pública incondicionada.
- b) Nos crimes contra a ordem tributária (lei 8.137/90), caso o juiz, considerando o ganho ilícito e a situação econômica do réu, verifique a insuficiência ou excessiva onerosidade das penas pecuniárias, poderá diminuí-las até a décima parte ou elevá-las ao décuplo.
- c) Os crimes contra a ordem tributária não comportam o instituto da extinção da punibilidade pelo pagamento do débito antes do recebimento da denúncia.
- d) Nos crimes contra a ordem tributária (lei 8.137/90) o prazo prescricional é o estabelecido no art. 109 do Código Penal pátrio.

PROCESSO PENAL

49 - Assinale a alternativa correta.

- a) A norma processual penal tem aplicação imediata e retroativa.
- b) A norma processual penal tem aplicação retroativa se ela for mais favorável ao réu do que a norma anterior.
- c) A norma processual penal não tem aplicação imediata.
- d) A norma processual penal tem aplicação imediata nos processos em andamento, sem prejuízo dos atos já praticados de acordo com a lei anterior.

50 - Assinale a alternativa correta.

- a) A ação penal de iniciativa privada rege-se pelo princípio da oportunidade, isto é, o legitimado decide se exercita ou não o direito de ação, de acordo com sua conveniência.
- b) Diante do princípio da obrigatoriedade, o Ministério Público é obrigado a oferecer denúncia toda vez que receber um Inquérito Policial.
- c) Tanto ação penal pública quanto a ação penal de iniciativa privada regem-se pelo princípio da oficialidade.
- d) Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, diante de sua desídia inicial, não é chamado a intervir.

51 - Em relação às medidas assecuratórias é correto afirmar:

- a) Inexistem no processo penal as denominadas medidas assecuratórias.
- b) É admissível o arresto prévio como medida pré-cautelares.
- c) A especialização de hipoteca legal pode recair sobre bens móveis.
- d) O seqüestro não comporta defesa pelo acusado.

52 - Assinale a alternativa correta.

- a) A citação válida do réu é pressuposto de existência do processo penal.
- b) Juiz com jurisdição é pressuposto de existência do processo penal.
- c) Acusação regular é pressuposto de existência do processo penal.
- d) A intervenção do Ministério Público, sempre que a lei o exigir, é pressuposto de existência do processo penal.

53 - Analise as assertivas I, II, III e IV abaixo e depois assinale dentre as alternativas (a., b, c, ou d) a única que contem a opção correta:

- I. A "mutatio libelli" pode ser feita pelo juiz a qualquer tempo, e significa dar ao fato narrado na inicial acusatória definição jurídica diversa.
 - II. Na "emendatio libelli" é garantida sempre a manifestação da defesa.
 - III. Tanto a "mutatio libelli" quanto a "emendatio libelli" visam a garantir a exata correlação entre a imputação e a sentença.
 - IV. Tanto a "mutatio libelli" quanto a "emendatio libelli" podem ser realizadas em Segundo Grau de Jurisdição.
- a) Estão corretas somente as assertivas I e III.
 - b) Estão corretas somente as assertivas II e IV.
 - c) Está correta somente a assertiva III.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

54 - Assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de competência dos juizados especiais criminais, não é necessário o exame de corpo de delito para o oferecimento da denúncia.
- b) Caberá recurso de apelação dirigido ao Tribunal de Justiça do Estado da sentença proferida no âmbito do juizado especial criminal.
- c) A suspensão condicional do processo só poderá ser aplicada nos casos de competência do juizado especial criminal.
- d) O procedimento dos juizados especiais criminais se aplica na justiça militar.

55 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O conceito de ato infracional engloba as condutas definidas como crime ou contravenção penal.
- b) Independentemente da natureza infração penal, em caso de o autor do fato ser adolescente a ação penal tramitará na Vara da Infância e da Juventude, sendo promovida pelo Ministério Público.
- c) Com o advento do novo Código Civil houve alteração da idade indicativa de menoridade penal para os fins de responsabilização por ato infracional, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Dentre as medidas aplicáveis ao adolescente infrator podem ser citadas a obrigação de reparar o dano e a internação em estabelecimento educacional.

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

56 - Assinale a alternativa correta.

- a) As Varas do Trabalho são compostas de um juiz, bacharel em direito, nomeado por concurso de títulos e conhecimentos.
- b) Compete à Justiça do Trabalho executar de ofício as contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- c) Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Varas do Trabalho, os juízes de direito são os órgãos de administração da justiça do trabalho.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

57 - Assinale a alternativa correta.

- a) Dissídios individuais propostos em face da administração pública direta, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação, são submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) O Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho e os Juízes do Trabalho são os órgãos da Justiça do Trabalho.
- c) As alternativas "a" e "b" estão corretas.
- d) As alternativas "a" e "b" estão incorretas.

58 - Assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito para apuração de falta grave deixou de existir após a Constituição Federal de 1988.
- b) Na hipótese de inquérito para apuração de falta grave, as partes podem indicar no máximo três testemunhas.
- c) As alternativas "a" e "b" estão corretas.
- d) As alternativas "a" e "b" estão incorretas.

59 - Assinale a alternativa correta.

- a) Os requisitos constantes no artigo 3º da CLT esgotam a definição de empregado.
- b) É prescindível o requisito da subordinação para a caracterização do empregado.
- c) A definição legal de empregado se dá pelos requisitos constantes no artigo 3º da CLT, complementada pelo artigo 2º do mesmo diploma legal.
- d) Nenhuma alternativa está correta.

60 - Assinale a alternativa correta.

- a) Empregado doméstico tem direito, legalmente assegurado, ao pagamento de horas extras.
- b) Os empregados domésticos têm direito ao pagamento de décimo terceiro salário.
- c) A jornada de trabalho legal dos empregados domésticos é de 6 horas diárias.
- d) Nenhuma alternativa está correta,

61 - Assinale a alternativa correta.

- a) A fusão de empresas é um tipo de sucessão de empregador.
- b) A pessoa física pode ser empregador.
- c) O grupo de empresas gera solidariedade para os efeitos da relação de emprego.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

62 - Assinale a alternativa correta.

- a) A copeira encarregada de servir lanches e cafezinhos no escritório de uma empresa é empregada doméstica
- b) Cozinheira de pensão familiar é empregada doméstica.
- c) O caseiro de um sítio de criação de coelhos para venda é empregado doméstico.
- d) O vigia de residência do sócio de empresa de panificação é empregado doméstico.

63 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A verba de participação nos lucros não incorpora a remuneração do empregado para todos os fins legais.
- b) Nos termos da Lei 10.101/2000 a implementação da participação dos lucros pode ocorrer não apenas por convenção ou acordo coletivo, mas mediante negociação direta entre empregado e empresa e um integrante da entidade sindical.
- c) É mensal a periodicidade mínima para pagamento da participação nos lucros.
- d) São válidos os critérios de participação nos lucros por índice de produtividade e por programas de metas pactuados previamente.

64 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Pela Constituição em vigor impera a unicidade sindical.
- b) O Brasil ao prever constitucionalmente a liberdade sindical de se sindicalizar ratificou a convenção 87 da OIT.
- c) As centrais sindicais não podem, de per si, representar os trabalhadores em acordos e convenções coletivas.
- d) A regra de enquadramento sindical por atividade preponderante do empregador não se aplica às chamadas categorias diferenciadas.

65 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O FGTS é aplicável, independentemente de opção, aos trabalhadores urbanos e rurais.
- b) O FGTS não é obrigatório ao trabalhador doméstico.
- c) O FGTS não é obrigatório ao diretor não empregado.
- d) O FGTS não é obrigatório ao diretor empregado.

66 - Assinale a alternativa correta.

- a) As decisões interlocutórias no processo do trabalho são recorríveis de imediato através de agravo de instrumento.
- b) As decisões interlocutórias no processo do trabalho são recorríveis quando da interposição de recurso ordinário, como preliminar do apelo.
- c) As decisões interlocutórias no processo do trabalho só serão recorríveis de imediato quando houver manifesto prejuízo à parte.
- d) Para apresentação de recurso em face de decisões interlocutórias no processo do trabalho não há necessidade de insurgência da parte para afastar a preclusão.

67 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O recurso cabível em face de uma decisão proferida em impugnação à sentença de liquidação é o recurso ordinário.
- b) O recurso cabível em face de uma decisão proferida em impugnação à sentença de liquidação é o agravo de instrumento.
- c) O recurso cabível em face de uma decisão proferida em impugnação à sentença de liquidação é o agravo de petição.
- d) O recurso cabível em face de uma decisão proferida em impugnação à sentença de liquidação é o recurso de revista.

68 - Assinale a alternativa correta.

- a) A ação rescisória, no processo trabalhista, sujeita-se ao prazo prescricional de 5 anos estabelecido pela Constituição Federal com relação aos créditos trabalhistas.
- b) A ação rescisória, no processo trabalhista, sujeita-se ao prazo decadencial de 5 anos.
- c) A ação rescisória, no processo trabalhista, é instrumento jurídico necessário para desconstituir decisão homologatória de acordo judicial.
- d) A ação rescisória, no processo trabalhista, pode ser utilizada, mesmo que a decisão tenha sido prolatada em procedimento de jurisdição voluntária.

69 - Assinale a alternativa correta.

- a) Em execução trabalhista, o executado tem 05 dias para ajuizar os embargos à execução, contados da citação.
- b) Em execução trabalhista, o executado tem 8 dias para interposição dos embargos, contados da garantia do juízo ou penhora.
- c) Em execução trabalhista, o executado tem 5 dias para a interposição dos embargos à penhora, contados da garantia do juízo.
- d) Nenhuma das alternativas.

70 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O prazo de 8 dias para recurso na Justiça do Trabalho é preempatório.
- b) As partes podem pretender a suspensão do processo para tentativa de acordo.
- c) A suspensão do processo por convenção das partes não pode ser feita por mais de seis meses.
- d) O prazo para contestação na Justiça do Trabalho é de 15 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71 - Assinale a alternativa correta.

- a) A isenção é modalidade de extinção do crédito tributário.
- b) Uma isenção de tributo municipal deve, necessariamente, abranger toda a área correspondente ao território do respectivo município tributante.

- c) A isenção não pode ser extensiva a tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- d) A isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições não pode ser revogada ou modificada por lei.

72 - Assinale a alternativa correta.

- a) A imunidade de ITBI (imposto sobre transmissão de bens imóveis) nas operações de fusão, cisão e incorporação de pessoas jurídicas não se aplica quando o transmitente do imóvel se dedicar, preponderantemente, à compra e venda, locação e arrendamento mercantil de imóveis.
- b) O ICMS não incide nas operações que destinem a outros Estados petróleo, energia elétrica e minerais do país.
- c) O ICMS não incide sobre operações que destinem mercadorias ao exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários localizados no exterior.
- d) O IPI não incide sobre produtos industrializados destinados ao exterior, excluídos os semi-elaborados.

73 - Assinale a alternativa correta.

- a) Para fins de incidência de contribuições sociais, a lei pode, nas operações de importação, equiparar a pessoas jurídicas as pessoas naturais destinatárias das respectivas operações.
- b) As contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas poderão ter alíquotas "ad valorem", tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.
- c) A alíquota da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo pode ser reduzida ou restabelecida por ato do poder executivo, observado o disposto no art. 150, III, "b", da CF (princípio da anterioridade).
- d) A contribuição social sobre folha de salários não permite a fixação de alíquotas diferenciadas conforme a atividade econômica envolvida.

74 - Assinale a alternativa correta.

- a) O pedágio pode ter como base de cálculo o valor de veículos automotores.
- b) A lei deve, necessariamente, fixar o prazo do empréstimo compulsório e as condições de seu resgate.
- c) Ao Distrito Federal compete a instituição de empréstimos compulsórios de competência dos Municípios.
- d) Segundo a disciplina expressa do CTN, a contribuição de melhoria tem como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado e como limite individual a despesa realizada.

75 - Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a União possui competência para a instituição de contribuições parafiscais.
- b) Segundo a diretriz expressa da CF, a receita, o faturamento e o lucro, dentre outras realidades econômicas, podem ser objeto de contribuições de seguridade social.
- c) Em relação às contribuições de seguridade social e de interesse de categorias profissionais ou econômicas não se aplica o artigo 150, III, "b", da CF, segundo o qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou majorou.
- d) A lei definirá os setores da atividade econômica para os quais as contribuições sobre receita, faturamento e sobre a receita de concurso de prognósticos serão não-cumulativas.

DIREITO COMERCIAL

76 - Assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade em comum é sociedade personificada e sua existência pode ser provada verbalmente entre os sócios.
- b) Na sociedade em comum os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, que respondem limitadamente pelas obrigações sociais.
- c) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
- d) A sociedade em conta de participação adquire personalidade jurídica a partir da inscrição de seu instrumento em órgão registrador.

77 - Sobre a sociedade simples, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Dissolve-se a sociedade simples quando ocorrer o vencimento de seu prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- b) Uma das opções de dissolução da sociedade simples ocorre caso se extinga, na forma da lei, a sua autorização para funcionar.
- c) É cabível a dissolução da sociedade simples em caso de consenso unânime entre os sócios, em caso de deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado e em caso de falta de pluralidade de sócios, quando esta não se reconstitua em 180 dias.
- d) O liquidante pode ser destituído, incondicionalmente, mediante deliberação dos sócios ou por via judicial.

78 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em relação ao estabelecimento comercial, o contrato que tenha por objeto a sua alienação, usufruto ou arrendamento só produzirá efeitos perante terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no registro público de empresas mercantis, e de publicado na imprensa oficial.
- b) O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao registro público de empresas mercantis a cargo das juntas comerciais, e a sociedade simples ao registro civil das pessoas jurídicas.
- c) Pode ser conservado na firma social o nome de sócio que venha a falecer, for excluído ou da sociedade se retire.
- d) O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

79 - Assinale a alternativa correta.

- a) A transferência do título de crédito não implica a transferência de todos os direitos que lhe são inerentes.
- b) O título de crédito incompleto ao tempo da emissão não pode ser completado posteriormente.
- c) A cláusula de juros considera-se não escrita no título de crédito.
- d) A omissão de qualquer requisito legal do título de crédito implica na invalidade do negócio que lhe deu origem.

80 - Sobre as sociedades anônimas, é INCORRETO afirmar:

- a) O capital social pode ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bem suscetível de avaliação em dinheiro.
- b) O penhor é direito real devidamente constituído pela averbação do respectivo instrumento no livro de registro de ações nominativas.
- c) A companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, os quais não são conversíveis em ações.
- d) A incorporação de imóveis para formação do capital social não exige escritura pública.

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná**2º Exame de Ordem de 2004****Gabarito da Prova Objetiva (1ª fase)**

Quest.	Resp.	Quest.	Resp.	Quest.	Resp.	Quest.	Resp.
01	c	21	b	41	a	61	d
02	d	22	d	42	b	62	d
03	c	23	d	43	c	63	c
04	d	24	b	44	d	64	b
05	d	25	c	45	d	65	d
06	d	26	d	46	c	66	b
07	b	27	a	47	d	67	*
08	c	28	c	48	c	68	c
09	c	29	c	49	d	69	c
10	a	30	b	50	a	70	d
11	d	31	*	51	b	71	d
12	a	32	d	52	b	72	c
13	a	33	*	53	c	73	a
14	d	34	*	54	a	74	b
15	d	35	c	55	c	75	b
16	b	36	d	56	*	76	c
17	c	37	a	57	*	77	d
18	d	38	c	58	d	78	c
19	c	39	b	59	c	79	c
20	d	40	d	60	b	80	c

(*) - Questão anulada, pontuada a todos os candidatos.